



COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

54ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2011.

Às quinze horas e trinta e três minutos do dia quatorze de junho de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 06 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Celso Maldaner - Vice-Presidente; Alceu Moreira, Arthur Lira, Assis do Couto, Carlos Magno, Davi Alves Silva Júnior, Dilceu Sperafico, Domingos Sávio, Dr. Francisco Araújo, Josias Gomes, Luis Carlos Heinze, Marcon, Nelson Padovani, Reinhold Stephanes, Vitor Penido e Zé Silva - Titulares; Alberto Filho, Edinho Araújo, João Ananias, Luiz Carlos Setim, Onyx Lorenzoni, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Dorner e Waldenor Pereira - Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Abelardo Lupion, Beto Faro, Bohn Gass, Edson Pimenta, Heleno Silva, Hélio Santos, Homero Pereira, Jairo Ataíde, Jesus Rodrigues, José Nunes, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Lira Maia, Luiz Nishimori, Moacir Micheletto, Moreira Mendes, Nilton Capixaba, Paulo Cesar Quartiero, Paulo Piau, Pedro Chaves, Reinaldo Azambuja, Ronaldo Caiado e Vander Loubet. Justificou a ausência o deputado Zonta. Assumindo a Presidência, o Deputado Celso Maldaner declarou abertos os trabalhos, cumprimentou a todos e esclareceu a reunião se destinava a "Debater sobre os impactos da implementação que a reunião se destinava da Instrução Normativa nº 51 de 2002 do MAPA". Prosseguindo, o Presidente esclareceu as regras para os trabalhos, informou que a lista de inscrições para os debates estava à disposição dos Senhores Deputados e convidou para comporem a mesa os Senhores: Marcius Ribeiro de Freitas - Coordenador-Geral de Inspeção, representando o MAPA; Gustavo Valone - do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do MDA; Paulo de Oliveira Polezze - Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Paulo Roberto Bernardes - Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB; Elisângela dos Santos Araújo - Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; e Nilton Fornazieri - Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB. Prosseguindo, o Presidente cedeu a palavra para exposições aos senhores: Paulo Roberto Bernardes, Elisângela dos Santos Araújo, Paulo de Oliveira Polezze, Marcius Ribeiro de Freitas, Gustavo Valone e Nilton Fornazieri. Dando prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra ao deputado Marcon, autor do requerimento nº 51/2011-CAPADR. Prosseguindo, o Presidente, obedecendo a lista de inscrições para os debates, concedeu a palavra ao deputado Carlos Magno e, para respostas e considerações finais, aos senhores: Marcius Ribeiro de Freitas, Elisângela dos Santos Araújo, Paulo Roberto Bernardes, Gustavo Valone e Paulo de Oliveira Polezze. Dando seguimento, o Presidente cedeu a palavra, pela ordem, ao deputado Carlos Magno. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Celso Maldaner, agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos às dezessete horas e vinte e sete minutos, antes, porém, convidou os membros da Comissão a participarem de Reunião Ordinária (Deliberativa), quarta-feira,

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0783/11	DATA: 14/06/2011
INÍCIO: 15h33min	TÉRMINO: 17h28min	DURAÇÃO: 01h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h56min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO ROBERTO BERNARDES – Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB.

ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO – Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

PAULO DE OLIVEIRA POLESE – Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG.

MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS – Coordenador-Geral de Inspeção, representando o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

GUSTAVO VALONE – Representante do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

NILTON FORNAZIERI – Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil — ONCRAB.

SUMÁRIO: Debate sobre os impactos da implementação da Instrução Normativa nº 51, de 2002, do Ministério da Agricultura.

OBSERVAÇÕES

**Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Senhoras e senhores, boa tarde. Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, convocada para debater sobre os impactos da implementação da Instrução Normativa nº 51, de 2002, do Ministério da Agricultura.

Esta audiência pública foi proposta pelo Deputado Marcon, do PT, do Rio Grande do Sul.

Foram convidados para participar dessa audiência os senhores Marcius Ribeiro de Freitas, Coordenador-Geral de Inspeção, representando o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Gustavo Valone, do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Paulo Roberto Bernardes, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB; Elisângela dos Santos Araújo, Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; Paulo de Oliveira Polese, Assessor da Secretaria de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG; e Nilton Fornazieri, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil — ONCRAB.

Convido todos a tomarem assento à Mesa.

Informo aos Parlamentares que os expositores terão o prazo de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Bernardes, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. PAULO ROBERTO BERNARDES - Boa tarde a todos.

Estamos aqui para debater uma instrução normativa que vai ter uma mudança muito grande no próximo dia 1º de julho, mudança essa que pode alijar quase a totalidade dos produtores brasileiros.

Eu tive a felicidade de, na época, ser escolhido pelo Ministro Francisco Turra para chefiar um grupo de trabalho, que, ao final, propôs a Instrução Normativa nº 51 para melhorar a qualidade do leite brasileiro. Durante a vigência dessa instrução normativa, tivemos uma grande melhoria da qualidade do leite brasileiro. O Brasil, que era grande importador, passou a exportador, com leite de boa qualidade. Hoje não exporta quase

nada porque não temos como competir com o dólar, o que arrasou com os exportadores brasileiros, como todos sabem. Mas, em matéria de qualidade, temos leite para exportar; não temos nenhuma restrição no mercado internacional com a nossa qualidade de hoje. Com isso, não quero dizer que não temos de melhorar mais ainda a qualidade do nosso leite; temos de melhorar. Só na contagem bacteriana total, que verifica a qualidade da limpeza do leite, para falar em português mais claro para aquelas pessoas que não são técnicas, a CBT, pela média das nossas cooperativas, era de 2 milhões na contagem bacteriana total, hoje, ela varia de 500 a 600 mil, na média, sendo que em algumas cooperativas temos resultados muito bons de 350 a 400 mil de média. Então, a média, que era de 2 milhões, passou para algo em torno de 500 mil.

Na célula somática, não tivemos um avanço muito grande, mesmo porque houve uma modificação enorme no rebanho, que passou a ser mais produtivo. Portanto, uma vaca que dava antigamente 4, 5, 6 litros de leite, hoje está dando 15, 20, 25 litros de leite por dia. Ela é ordenhada mecanicamente, com uma, duas ou três ordenhas por dia. Tudo isso vai inflamando um pouco o úbere. Então, a célula somática ficou mais ou menos do jeito que estava no início da vigência da Instrução Normativa nº 51. Mas isso não quer dizer que o nosso leite seja ruim; ele é bom. Mas tem que melhorar.

Tenho alguns dados da EMBRAPA aqui, uma empresa muito confiável. O Coronel Pacheco colocou uma equipe para estudar o assunto e fez um relatório. Nesse relatório, a EMBRAPA chegou à conclusão de que, se essa Instrução Normativa nº 51 for vigorar com as exigências que estão hoje em vigor, a mudança para 100 mil CBT em 400 mil CCS, células somáticas, ela excluirá 95% dos produtores brasileiros. Isso é resultado do laboratório da EMBRAPA. Está aqui o documento para quem quiser ver. E, nas cooperativas associadas à Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínio — CBCL, da qual sou Presidente, 50% serão excluídos por causa da CBT e 43% serão excluídos por causa da CCS.

Temos mantido conversações com o Ministério da Agricultura — e está aqui o nosso representante, Dr. Marcius. Esse Ministério sabe de tudo. Eles são muito competentes, sabem de tudo, não querem excluir ninguém e estão estudando ainda uma maneira, para se ver se é possível modificar alguma coisa. A EMBRAPA propôs que fossem passadas nas exigências para 1º de julho de 100 mil de CBT para 600 mil; em 2014, para 300 mil; e, em 2016, para 100 mil. Para CCS, a EMBRAPA propôs: 2011, 600 mil; 2014, 500 mil; e, em 2016, 400 mil para CCS.

A Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura está reunida hoje em Fortaleza, e por unanimidade, segundo informações do meu amigo Wilson Massote, do G-

100, que acabou de falar ao telefone com eles, essa câmara setorial propôs apoiar a proposta da EMBRAPA, de 600 mil imediatamente, desde que caindo 50 mil por ano, para dar mais tempo ao produtor para se especializar e adequar, a fim de melhorar mais ainda a qualidade do leite.

Essa proposta, que está na IN nº 51, ainda da época em que eu era coordenador, não foi uma proposta do grupo da iniciativa privada; foi o Governo que modificou a nossa proposta e colocou essa meta para 1º de julho, 7 ou 8 anos depois. Na época se falou: *“E se não der certo?”* Ora, se não der certo, nós ajeitamos; nós discutimos e ajeitamos.

Por acaso, era Secretário de Defesa Agropecuária, naquele tempo, o Dr. Luiz Carlos de Oliveira, hoje Diretor do DIPOA — Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Então, nós estamos cobrando dele: *“Olha, você lembra? Está na hora.”*

Eu tenho certeza de que o Ministro da Agricultura, político, homem que entende das coisas, não vai querer excluir 95% dos produtores. Mas dizem: *“Ah! O RIISPOA hoje não dá condições para punir ninguém. Vamos botar aí porque não vai ter punição.”*

Não façam leis para botar o pessoal no inferno, porque amanhã vem um novo RIISPOA — Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que dá força para os fiscais, caso resolvam fazer uma operação padrão para aumentar o salário. E aí podem jogar o leite brasileiro no esgoto.

Vamos fazer uma lei para pegar, porque lei que não pega desmoraliza quem a fez. Nós queremos uma lei que pegue, que funcione, e que não exclua, mas que melhore a produção. Precisamos cada vez mais melhorar a qualidade, sem excluir ninguém. Aliás, quando não houver jeito, vai excluir aquele que não se enquadrar de forma nenhuma. Mas não pode excluir de cara 95%, conforme informações da EMBRAPA.

Temos conversado com o Dr. Marcius, com o pessoal do Ministério. Fiz uma proposta para ele, na última reunião, quando o pessoal da ESALQ — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de São Paulo, também estava presente, juntamente com todas as entidades mais representativas dos produtores. Propus o seguinte: prorrogar isso aí por 6 meses; formar mais um grupo de trabalho igual àquele que propôs esta Instrução Normativa nº 51; e que fôssemos analisar os números, ver as análises dos laboratórios, em diversas reuniões.

Há análises da EMBRAPA, da região de Juiz de Fora; de Belo Horizonte, da Escola de Veterinária; da ESALQ, de São Paulo; de Curitiba, no Paraná. Deve haver outras de várias partes do País. Vamos examinar os resultados e fazer uma proposta não tão rigorosa quanto esta, para acertarmos.

Esta é a proposta final que fiz a ele: vamos prorrogar por mais uns 6 meses, e criar

uma comissão. Aí vamos discutir na Comissão de Agricultura, com todos os interessados do segmento do leite.

Portanto, é muito oportuna esta reunião. Agradeço-lhes muito o convite. Estou à disposição dos senhores para qualquer outro esclarecimento que possa dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Agradecemos ao senhor a participação, em nome das cooperativas brasileiras.

Dando continuidade aos trabalhos, passo a palavra à Sra. Elisângela dos Santos Araújo, Coordenadora-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar — FETRAF, pelo prazo de 20 minutos.

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO - Boa tarde a todas e todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Marcon o convite, a oportunidade de participar deste debate.

Temos feito, ultimamente, vários debates sobre essa instrução normativa que estabelece os padrões de qualidade da produção de leite nas principais regiões produtoras, principalmente para a agricultura familiar, que representamos — eis que organizamos esses agricultores e agricultoras do País.

Hoje temos no Brasil 750 estabelecimentos que produzem leite. São 22 bilhões de litros vendidos para as empresas. E qual é a condição de fiscalização que existe? qual é o acompanhamento e a transparência dessa fiscalização?

Estamos fazendo aqui um debate sobre uma cadeia de produção que garante alimento e garante renda para a população. Hoje, até o Nordeste já tem uma grande produção de leite na agricultura familiar, o que tem sido uma oportunidade de renda para esse público. E estamos falando de alimento; estamos falando da produção de um alimento extremamente importante para a vida das pessoas.

No momento em que o País está se propondo a acabar com a miséria e com a fome, não dá para a gente discutir e ter uma normativa, uma legislação que traz a exclusão. Segundo os produtores, nossos agricultores, principalmente os da região Sul do País, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, se continuarmos desse jeito, com esses padrões estabelecidos, nós vamos ter, nos próximos 5 anos, 60% dos agricultores saindo fora dessa produção.

Este é um debate que nos traz uma série de preocupações, porque ao longo dos anos a gente vem buscando condições para organizar e fortalecer uma cadeia produtiva importantíssima, que, desde a sua produção até a sua industrialização e a sua comercialização, é uma cadeia que consegue trazer condição de renda em todas as

etapas.

A gente, principalmente a agricultura familiar brasileira, passou pelo processo no sentido de organizar, de entrar nessa produção e de ter condições para garantir essa produção. Mas a gente percebe que neste momento a gente precisa realmente de políticas públicas para fortalecer principalmente o setor da agricultura familiar, para continuar produzindo. Temos que ter uma assistência técnica direcionada e específica para essa cadeia, para o acompanhamento desses agricultores.

Nós temos que criar algumas condições, alguns condicionantes também, na relação das empresas que compram essa produção, a exemplo do que temos na produção das oleaginosas para o *biodiesel* — um selo social referente a algumas responsabilidades sociais das empresas que comercializam e que compram da agricultura familiar.

O Governo precisa ter esse olhar para perceber que é preciso tratar de forma diferente. Não dá para tratar a agricultura familiar, a produção de leite na agricultura familiar, como trata a produção em grande escala neste País. Deve ser diferente a relação que essas empresas estabelecem na compra do leite para com os produtores, que vai desde a questão de preço até a questão da logística e da condição de produção.

Para nós o importante não é só mercado e quantidade. Ultimamente, isso tem sido tratado só pelo lado do mercado e da quantidade, não da qualidade. Porque não podemos permitir que a gente tenha produção de alimentos neste País que não tenha qualidade, que não traga melhor condição de vida, que não garanta a nutrição alimentar para a nossa população.

Neste momento, com o acúmulo que a gente tem e com o debate que a gente faz a partir dessa instrução normativa, queremos que se suspenda essa instrução, e que se garanta um debate mais amplo, ouvindo-se os vários segmentos que estão nessa produção; e que a gente debata com o Governo quais são as políticas públicas necessárias, principalmente para que a agricultura familiar e a pequena agricultura continuem produzindo.

Nós queremos fiscalização, queremos condição de produção, queremos qualidade e queremos continuar produzindo na cadeia do leite porque ela é uma oportunidade de renda. A agricultura familiar hoje no Brasil precisa cada vez mais de investimentos e mecanismos para continuar tendo renda. Nós não queremos uma agricultura familiar que dependa simplesmente de programas de transferência de renda.

Nós temos potencial produtivo. Nós temos condições para produzir. Se hoje somos capazes de produzir quase 70% dos alimentos que estão na mesa da população

brasileira, nós precisamos ter cada vez mais políticas públicas, mecanismos e legislação que favoreçam a continuidade dessa produção, e não de uma legislação ou mecanismo que traga a exclusão.

Então, para nós, neste momento, o importante é dar um tempo quanto a isso, fazer o debate, suspender essa normativa e achar a condição ideal, tratando cada um como se deve tratar, fiscalizando quem deve ser fiscalizado, e lutando não só pelo mercado, mas, acima de tudo, pela qualidade da nossa produção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Elisângela.

A Elisângela falou em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Passo a palavra ao Sr. Paulo de Oliveira Polese, Assessor da Secretaria de Política Agrícola, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLESE - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Elisângela. Boa tarde, nosso caro Paulo Bernardo.

Eu queria de antemão dizer que nós estamos fazendo um coro aqui em apoio à proposição radical da EMBRAPA. Acho que os nossos bons técnicos, que pensam efetivamente na agricultura, têm sensibilidade. Chegaram a radicalizar na proposta, o que eu acho fundamental. Mas tanto a Elisângela quanto o Paulo Roberto Bernardo, acho, foram muito coerentes com o momento que nós vivemos.

Estive lendo esta semana, até porque eu precisava preparar um pouco esta fala, e percebi que novamente o Brasil tem, pela sua aptidão, um potencial enorme de produção, de produtividade.

Eu vi num programa recente do *Globo Rural* um caso específico de São Paulo. Um agricultor, em um ano, foi capaz de aumentar sua produção em 600%. Vocês sabem que, qualquer um de vocês, com um pouquinho de recursos, um pouquinho de investimento e algumas matrizes altamente produtivas, pode chegar a níveis de excelência de produção em bem pouco tempo. E nós estamos tratando de uma cadeia de produção também de extremo risco. Se nós observarmos o mercado mundial, veremos que as grandes potências produtivas, tanto Europa quanto Estados Unidos, estão numa espécie de estagnação de produção, ou estão produzindo de forma equilibrada ao longo dos últimos 10 ou 15 anos. E nós vimos, nesse mesmo período, o Brasil sair de cerca de 10 milhões de toneladas para 500 milhões de toneladas, perdendo um pouco de produção somente nos últimos 2 anos em função de questões da própria crise na cadeia do leite.

Nesse contexto, a agricultura familiar, a CONTAG, vem reivindicando políticas públicas para alavancar o setor, para consolidar o setor, dada a sua importância para o desenvolvimento do País.

Achamos, Presidente, que em três aspectos nós deveríamos centrar esta conversa. Um primeiro aspecto seria dizer que impactos positivos tem a IN. Acho que o que nós não podemos é desprezar esse impacto positivo da IN, desde o seu surgimento, desde o seu lançamento, porque aqui nós estamos tratando de segurança, de saúde, etc. Então não podemos renegar a importância da IN.

Nesse sentido, há um esforço no tripé entre produção, indústria e consumo, que nos parece precisa ser de certo modo equilibrado. Essa relação não tem caminhado de forma bem justa. Esse é um problema que precisa ser mais bem debatido. Se por um lado os consumidores não estão à altura de cobrar uma qualidade melhor do leite... Embora, como eu comentava com o Dr. Paulo Roberto Bernardo, nos últimos anos a Itambé tenha entrado num processo crescente de qualidade, que é praticamente inquestionável para os padrões nacionais, e talvez, sei lá, também para os padrões de alguns países por aí — e isso é muito bom —, nós não podemos nos furtar a dizer que na relação cooperativas/produtores existe um fator positivo muito interessante. Ainda que essas cooperativas devessem ter investido mais em propaganda. Porque isso custa. Mas, se custa, também as cooperativas, as organizações ganham com isso. Tenho certeza de que tanto a OCB quanto outros segmentos cooperativos não abrem mão de trabalhar o processo de melhoramento contínuo da produção, até porque esse é um papel fundamental.

No que se refere à produção ligada à indústria, temos alguns problemas a solucionar. Estive lendo um artigo muito recente do Marcos Veiga dos Santos, que nos parece uma pessoa muito decente, é um pesquisador, um técnico — não o conheço, talvez até esteja presente. A cobrança do consumidor é muito incipiente, porque ele não está preocupado com essa história da saúde. Talvez seja a questão da renda que não leve esse consumidor a ter mais ênfase com relação à cobrança. Sendo assim, considerando-se o baixo grau de exigência do consumidor, para muitos, o leite e derivados são quase uma *commodity*. Cabe ao poder público, em particular à inspeção oficial, determinar os padrões mínimos aceitáveis. Não há problema. Acho que o Ministério da Agricultura fez muito bem também em cravar critérios que levem a isso.

Com relação à indústria de processamento, vale dizer que os produtores têm reclamado do pagamento por qualidade. Então, há aqui um problema sério. Estamos pedindo que sejam alongados os prazos de vigência da IN, mas precisamos fazer esse

debate com mais qualidade. As empresas alegam que grande parte dos produtores não atende aos critérios mínimos de qualidade. Dada a concorrência acirrada pela captação de leite, se determinado laticínio tornar mais rígidos os padrões de qualidade, alguns produtores simplesmente mudarão para laticínios que têm menor exigência. Acho que essa não pode ser a verdade da cadeia. Nós não podemos nos guiar por essa situação.

Essa é, portanto, uma questão interessante. Fazendo coro novamente, a CONTAG apoia a ideia de que uma comissão aprofunde essa situação. Estava conversando há pouco com o Deputado Zé Silva — nem sei se ainda está aqui —, no sentido de que é quase um crime forçar o agricultor que não sabe o que é CCS e CBT a cumprir certas exigências dessa forma. Nós não temos assistência técnica. E não é problema de pesquisa. Nós não temos serviço de assistência técnica, de extensão rural. E não temos porque não podemos. O poder público não assume esse problema como uma questão importante.

Um terceiro aspecto vem em função do que chamei aqui de questões gerais de estrutura da própria política agropecuária brasileira. Nós não temos uma política de metas mais longas para a agricultura. Precisamos, Sr. Presidente, resolver esse problema de planos de curto prazo, de plano safra. Temos batido constantemente nessa tecla. Não dá para não pensar em plano, em estruturar plano de desenvolvimento do País, da agropecuária, levando em conta a agricultura familiar, os assentamentos, a grande agricultura, com metas definidas. Não é possível, num ano, produzirmos 50 milhões de toneladas de leite, e no outro, ou 2 anos depois, produzirmos 500, ou vice-versa. E isso não acontece só na cadeia do leite. De novo vai haver quebradeira, porque o leite está num preço que refrigera o lado dos produtores. Mas, podem ter certeza, isso é um incentivo para a grande produção de leite nos próximos 2 ou 3 anos.

Concordamos, portanto, com a proposta. Gostaríamos que essa Presidência levasse adiante o debate e convencesse o Ministério da Agricultura, o Governo, a adiar os efeitos dessa instrução normativa, para que possamos aprofundar a discussão sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Nós agradecemos a participação do Sr. Paulo de Oliveira, que falou em nome da CONTAG.

Passo a palavra ao Sr. Marcius Ribeiro de Freitas, Coordenador-Geral de Inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que disporá de 20 minutos.

O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS - Boa tarde a todos.

Em nome do Ministério da Agricultura, agradeço ao Deputado Celso Maldaner o

convite para estar aqui presente. Nós nos colocamos à disposição para participar de qualquer evento que possa discutir este assunto, que é de extrema importância não só para o meio rural, mas para toda a sociedade brasileira.

Gostaria de fazer, inicialmente, um breve histórico a respeito do Plano Nacional de Qualidade do Leite. Ele se iniciou nos idos de 1995, quando uma série de pessoas interessadas e afetas à área do leite, pesquisadores, integrantes da EMBRAPA, de universidades federais e privadas, técnicos do Ministério da Agricultura, das cooperativas, da CNA, representantes de indústrias, pensaram em como o Brasil poderia melhorar a qualidade do seu leite. Qual seria a proposta, qual seria o programa que permitiria que chegássemos, algum dia, a um patamar de qualidade internacional, visando não o mercado internacional, mas sim a qualidade da matéria-prima e dos produtos ofertados à sociedade brasileira?

Em decorrência desse processo de discussão que se iniciou em 1996, desenhou-se o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite. Em 2002, houve a instituição da Instrução Normativa nº 51, com vigência a partir de 1º de julho de 2005 nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste e, em 2007, nas Regiões Norte e Nordeste e com plena vigência a partir de 1º de julho deste ano nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, a partir de 1º de julho do ano que vem, nas Regiões Norte e Nordeste.

Não podemos deixar de dizer que, nesse período, como todos os outros palestrantes comentaram antes, houve um grande avanço na pecuária leiteira do Brasil.

Nós saímos de uma realidade, em que o leite, praticamente em sua totalidade, era entregue em temperatura ambiente — condição que propicia o desenvolvimento microbiano do leite, levando essa matéria-prima a ter menor qualidade e menor prazo de validade —, e chegamos hoje a uma outra realidade, em que mais de 80% de todo o leite brasileiro é entregue em temperatura refrigerada. Houve um grande avanço no Brasil, em tão pouco tempo de existência desse plano.

Não se pode negar que houve um grande aporte de recursos, investimentos na cadeia rural, por meio da aquisição de equipamentos de ordenha, equipamentos de refrigeração, caminhões graneleiros, levando ao produtor a modernização dos processos de higiene, a tecnologia de higiene sanitária de produtos, bem como a melhoria zootécnica do seu plantel.

Não se pode negar também que, ao longo dos anos, houve alguns contratemplos. Por exemplo, outros elos da cadeia do leite que faziam e fazem parte do programa de melhoria da qualidade do leite não puderam ou não cumpriram a sua parte.

Nós, até hoje, temos graves deficiências com relação à infraestrutura rural.

Refiro-me a escoamento da matéria-prima, energia elétrica, com aporte energético suficiente para poder movimentar um resfriador de leite. Muitas vezes, a energia que é levada ao produtor de leite é suficiente apenas para lhe propiciar iluminação e algum conforto.

Outro fator que considero extremamente importante foi citado aqui, a desarticulação do sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER, que, se ainda existe no Brasil, existe em pouca escala, e não com aquela força que tinha nas décadas passadas. Realmente, o sistema ATER era uma mola propulsora no que dizia respeito a levar tecnologia aos produtores rurais, propiciando-lhes, com isso, renda e também capacidade de produção e de alavancagem de mercado.

Outro fator não foi levado em consideração à época do planejamento inicial. Ninguém esperava a explosão do desenvolvimento da pecuária leiteira tanto de Rondônia quanto do Pará, que hoje são bacias leiteiras extremamente importantes. Têm produção muito grande na área de leite e derivados.

Chegamos então, hoje, a um desafio, que todos comentamos, que é a plena vigência da IN 51, a partir de 1º de julho, na região centro-oeste e leste. Nós sabemos que, pelos resultados apresentados tanto pela EMBRAPA quanto pela Clínica do Leite, pelo LQL de Goiânia, pela Rede Brasileira de Laboratórios de Controle de Qualidade de Leite — RBQL, uma grande parte do leite não apresenta tendência para estar de acordo com os padrões que são esperados a partir de 1º de julho.

É preciso sempre lembrar e enfatizar que a Instrução Normativa nº 51 foi feita como uma meta a ser atingida. Em nenhum momento, de 2005 para cá, qualquer produtor foi excluído, qualquer industrial recebeu punição severa por não estar atendendo à qualidade do leite.

Em todos esses anos, o Ministério da Agricultura discutiu todo o processo tentando fazer com que se chegue a um consenso que atenda a expectativa e o interesse de todos os elos da cadeia.

É importante frisar que, muitas das vezes, quem está discutindo essa questão é o setor produtivo e o Ministério da Agricultura. Os outros elos da cadeia — infraestrutura, crédito e financiamento, assistência técnica —, muitas vezes, não estão presentes no embate, na discussão de como produzir leite de qualidade. Se o produtor não tem acesso a estrada para transportar o leite; se não tem acesso a energia elétrica para movimentar um resfriador; se não conta com um técnico que lhe dê assistência técnica, orientação sobre como promover a melhoria da higiene do animal, a melhoria da sanidade do rebanho, o que interfere na qualidade da célula somática do leite, o que está ligado

basicamente à sanidade da glândula mamária, como o produtor pode adquirir um animal com valor zootécnico melhor para que possa inseri-lo no seu rebanho e aumentar a produtividade?

Nessas discussões, ao longo de todos os anos, faltaram esses elos da cadeia. Eles não estão presentes, o que pode justificar por que esses outros benefícios não chegaram ao produtor também, para que todo o processo, todo o programa de qualidade do leite possa alcançar esse produto ofertado principalmente à sociedade.

Nós temos nos reunido muito nesses últimos dias com o Movimento dos Pequenos Agricultores — MPA. Estivemos reunidos na Câmara Setorial do Leite, por duas vezes, no mês passado. Ontem, em Fortaleza, estivemos reunidos com o pessoal da RBQL, com as universidades. Estivemos reunidos com o pessoal da área das indústrias, discutindo a respeito de como chegar a um consenso para que, a partir de 1º de julho, sejam atendidos os padrões da IN 51.

Temos várias propostas sobre a mesa. É importante frisar, mais uma vez, que não é o Ministério da Agricultura que, por si só, vai baixar uma norma e definir o padrão, a regulamentação, estabelecer como seria a IN 51 a partir de julho. Da primeira vez, houve a reunião de um grupo de consenso. Também dessa vez o Ministério da Agricultura vai reunir-se com todos os elos que estão envolvidos na cadeia do leite e, aí sim, propor algo que seja factível. Mas deve também propor algo quanto ao que queremos do nosso leite, à qualidade que queremos atingir, definindo-se quando queremos estabelecer isso.

Mais uma vez afirmo que, em nenhum momento, qualquer produtor foi excluído por meio da IN 51; em nenhum momento, qualquer produtor teve seu leite jogado fora. É esse o discurso, é essa a proposta do Ministério da Agricultura.

Essas reuniões são importantes para que possamos chegar a um resultado que contemple a expectativa de todos os setores envolvidos — os produtores, as indústrias — e que atenda principalmente a expectativa do consumidor, que é aquele que demanda um produto de qualidade, um produto que possa ser colocado em sua mesa. Deve contemplar os requisitos de sanidade e atender, com qualidade, as expectativas sensoriais do consumidor.

Então, nós estamos aqui hoje, Sr. Deputado, dispostos a discutir, a levar à nossa autoridade as propostas de debate. Pretendemos que esse processo de discussão ocorra mais vezes. Estamos prontos a discutir, chegar a um consenso com relação à proposta do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite e levar à nossa autoridade o resultado da discussão, para que possamos avançar cada vez mais. Trata-se de chegar a um consenso a respeito de qual leite queremos obter.

Era isso o que eu tinha a comentar com os senhores.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de aqui representar o Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Agradeço ao nosso Marcius Ribeiro de Freitas a exposição inicial.

Passo a palavra ao Sr. Gustavo Valone, representante do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que disporá de 20 minutos.

O SR. GUSTAVO VALOTE - Senhores e senhoras, boa tarde.

Na pessoa do Deputado Celso Maldaner, cumprimento a Mesa, o Dr. Paulo Bernardes, Polese, Elisângela, Marcius e meu amigo Rascunho.

Sem dúvida, a proposta da entrada em vigor em 1º de julho da IN 51, com índice de 100 mil para CBT, para produtor individual, 300 mil para leite coletivo e 400 mil para CCS, ia ser muito dura de se atingir. Mas o setor se reuniu e chegou, como disse Paulo Bernardes, à proposta de 600 mil unidades formadoras de colônia por mililitro de leite e 600 mil células somáticas por mililitro de leite. Então, os dois índices se manterão em 600 mil.

Segundo o que disse Paulo Bernardes e também Wilson Massote, na reunião da Câmara, foi definido que, no caso da CBT, serão diminuídas 50 mil unidades formadoras de colônias por ano, até se chegar aos índices de 100 mil. Então, seriam 10 anos de redução. Essa é uma proposta.

O que eu quero lembrar a todos que militam no setor leiteiro? Quem se lembra da IN 51 em 2002? Foi uma luta. Houve brigas, discussões. Não ia dar conta de atender.

Eu quero fazer um histórico. O Dr. Marcius já fez um histórico da legislação. Eu quero fazer um histórico do setor. O que era o leite do Brasil antes da década de 90? Existia tabelamento de preço. O Governo botava o preço, e o leite ia em tarro, ficava embaixo de pé de pequi, na estrada. Era assim que se vendia o leite.

Depois de 1990, houve a abertura comercial. Em 1994, foi instituído o Plano Real. Em 1995, o MERCOSUL. O que aconteceu, com toda essa abertura de comércio? O Brasil, em 1996, era um dos maiores importadores de leite do mundo. Nós importamos quase 600 milhões de dólares, no ano de 1996, de lácteos. Por quê? Logo depois da implantação do Plano Real, o brasileiro tinha alto poder aquisitivo — 1 real valia 1 dólar. Então, aumentou-se muito o consumo.

A partir daí, o setor, lutando contra isso, aplicou medidas *antidumping* — refiro-me à CBCL, ao Paulo, que trabalhou muito nisso — contra diversos países da União

Europeia, contra a Nova Zelândia. Houve acordo de preços com a Argentina, com o Uruguai. Elevou-se a TEC de 11 produtos lácteos. Tudo isso, em 2001.

O setor leiteiro do Brasil estava sempre passando por um processo de transformação. Tudo isso fez com que, em 2004, o Brasil tivesse o primeiro saldo positivo na balança comercial. Foi muito? Não. Foi ínfimo. Mas foi positivo. Nunca na história do leite o Brasil tinha alcançado um saldo positivo, o que aconteceu em 2004. E aconteceu em 2005, aconteceu em 2006, aconteceu em 2007. Em 2008, bateu o recorde. Eu acho que exportou 540 milhões. O saldo foi de duzentos e poucos milhões.

Em 2009, 2010 e 2011, saldo negativo, mas por uma questão específica, o câmbio, eu acredito. Alguns anos atrás, o preço internacional não ajudava.

Esse é um resumo das transformações recentes no setor leiteiro. Agora, o que aconteceu de 2004, ano do primeiro saldo positivo, até hoje? O Brasil duplicou a capacidade de processamento das suas fábricas. Hoje, no País, são inúmeras as fábricas habilitadas para exportar.

O Rascunho é ligado à COSULATI. Eu não sei se já saiu a habilitação dela para exportar. Ela estava em processo habilitação. É uma cooperativa de agricultura familiar, habilitada para exportar. Acho que é o MAPA que dá essa habilitação.

Hoje, o setor leiteiro conversa entre si, para decidir. O MDA conversa com o MAPA, que conversa com a CNA, que conversa com a OCB. Todo o mundo conversa entre si para decidir o futuro do setor leiteiro. Todo o mundo busca o benefício do setor. Alguns defendem os grandes, outros defendem os pequenos, mas o objetivo é buscar o benefício em conjunto.

E o que vai acontecer se o leite não se enquadrar nessa proposta de 600 mil UFC e 600 mil CCS? Vai haver luta? Vai. Vai haver discussão? Vai. Mas isso vai ser benéfico. Qualquer melhoria na qualidade do nosso produto vai ser benéfica.

Antigamente, a Rede Brasileira de Qualidade do Leite não existia. Hoje, há diversos laboratórios espalhados pelo Brasil. Houve um investimento enorme do MAPA. Eu me lembro de que, num ano, sobrava recurso federal no MCT. O que fazer? O MCT entrou em contato com o MDA, que articulou com o MAPA para alocar isso num laboratório, que não havia — em Recife, creio. Ocorreu, portanto, um movimento conjunto para haver isso.

Antigamente, havia 1 milhão e 800 mil produtores de leite. Os técnicos diziam o seguinte: *“O Brasil não comporta mais do que 300 mil produtores. Daqui a 10 anos, só vai haver 300 mil produtores de leite, e todos os agricultores familiares vão ser excluídos do sistema”*. Hoje, há 1 milhão e 340 mil produtores. Realmente, alguns foram excluídos.

Contra-pondo-me um pouquinho ao que a Elisângela declarou, digo que não são 750 mil agricultores familiares, e sim 1 milhão de agricultores familiares, de estabelecimentos. Então, existe imensa quantidade de agricultores familiares dentro desse processo.

Em qual cenário está esse agricultor familiar? De um lado há as empresas, que buscam o lucro — lógico, esse é o objetivo de qualquer empresa —, e de outro há as cooperativas, de agricultura familiar ou não. Na verdade, são os produtores.

Quais são as empresas que existem? A DPA é uma *joint venture* entre a Nestlé da América Latina, a Fonterra, com a cooperativa de neozelandeses. Não interessa. A Nestlé não é a maior indústria de leite do Brasil. A Nestlé é a maior indústria de alimentos do mundo. Ela é maior do que a Unilever? É.

Quem está em segundo lugar? É uma *joint venture* também, da BR Foods, da Perdigão com a Sadia.

Quem está em terceiro lugar? É a Bom Gosto, com a LEITBOM. Na verdade, quem detém a LEITBOM é a GP Investimentos, que é dona de 50% dos *shoppings* do Brasil, dona do Burger King.

O que é Parmalat? É Grupo LAEP, é um fundo de investimento.

Existem ainda os laticínios pequenos, que sofrem também, acredito.

Do outro lado estão as cooperativas. Como as cooperativas vão concorrer com multinacionais desse porte? Quem é a primeira? A Itambé. A Itambé não é de agricultura familiar? Tudo bem. A Itambé não é de agricultura familiar, mas, dos 8.500 cooperados que a Itambé tem, 4.500 são agricultores familiares. Não tem os 70% para ser uma cooperativa de agricultura familiar, mas tem mais da metade.

Quem está em segundo lugar? A CENTROLEITE. É uma cooperativa virtual do Estado de Goiás, capta 1 milhão de litros. Não sei qual é a porcentagem de agricultores familiares.

Depois, a CONFEPAR, no Sul, no Paraná, que tem capacidade de ter DAP, mas, não sei por que, não o tirou até hoje.

A CCGL é uma cooperativa mista que trabalha com leite também. São 120 mil agricultores familiares.

A Aurora tem 50 mil agricultores familiares, num total de 70 mil cooperados.

A COSULATI, com 5 mil cooperados, sendo que, desses, 4 mil são agricultores familiares, tem uma fábrica de leite em pó, acessou o PRONAF e está se habilitando para exportar.

O SISCLAF é um sistema de 6 mil cooperados. São 200 mil litros de leite. A média é de 33 litros por produtor por dia. Todos os 6 mil cooperados têm DAP.

Menciono ainda a COOPEROESTE.

Existem diversas cooperativas.

Esse é o universo do leite.

Eu trabalho no MDA há alguns anos. Tenho que pedir desculpas à Elisângela pessoalmente. Converso muito com a CONTAG em relação às decisões que impactam o setor. Vou me comprometer a procurar a FETRAF, o MST, a UNICAFES, o MPA com mais intensidade antes dessas decisões que afetam o setor.

Antes de finalizar, quero dizer que o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo. Tem um mercado de 200 milhões de consumidores. São 162 litros por habitante ao ano. Nossa produção cresce a mais de 4% ao ano. Onde está o potencial de crescimento da nossa produção? Está no grande produtor, cuja média de produção de suas vacas é de 25 litros por dia? Não. Está no contingente de 1 milhão de agricultores familiares que produzem leite, cuja média diária é de 3, 4, 5 litros por vaca. É muito mais fácil que a média da produção diária relacionada ao agricultor familiar suba para 10 litros por vaca do que aquela produção, de 25 litros diários por vaca, suba para 26. O potencial, portanto, está na agricultura familiar.

Para isso, precisamos ter o foco dos nossos trabalhos na agricultura familiar e precisamos ter assistência técnica na agricultura familiar, porque, com isso, melhoramos a qualidade do leite do nosso agricultor e aumentamos a produtividade.

No caminho que vamos, ou o Brasil exporta, ou diminui a produção. Agora temos problemas terríveis relacionados ao câmbio. Existe um projeto do MDA, com participação de OCB, CBCL, APEX e cooperativas, da agricultura familiar ou não, para se trabalhar na exportação. É o Projeto Setorial Integrado — PSI Leite. Para que se entre nele, estamos fazendo o PES, que é o Plano Estratégico Setorial. É a preparação para entrar no PSI. É um recurso destinado do MDA, da APEX e do setor para isso. Vão participar as cooperativas e as indústrias, porque a APEX não permite que só participem cooperativas. Então trabalhamos para isso.

Em 2008, o Brasil exportou para mais de cem países. Se não tivesse qualidade, não exportaria. Com toda essa transformação, vai haver crise? Vai, mas isso vai ser benéfico. Vamos unir nossos esforços para capacitar os produtores que não atendam os requisitos. Vamos implantar isso, como foi dito, dentro dessa proposta de 600 mil e 600 mil. Vamos constituir uma comissão para definir o que fazer com o leite, porque não há nada escrito sobre o que fazer com esse leite. Vamos trabalhar em prol do setor. Vamos dar foco em quem não atingiu os índices, porque o Brasil só tem a ganhar com isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Agradeço a Gustavo Valone as observações.

Agradeço ao Deputado Reinhold Stephanes, nosso ex-Ministro da Agricultura, a presença.

Antes de dar a palavra ao Deputado Marcon, o Relator, vamos ouvir Nilton Fornazieri, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

O SR. NILTON FORNAZIERI - Boa tarde a todos os presentes.

Queremos agradecer por estar aqui e poder discutir um pouco esse tema, que traz muita aflição para mais de 60% das famílias de assentados do centro-sul do Brasil, nesses dias que antecedem a julho. Há uma pressão muito grande, e muitos agricultores, pequenos agricultores e assentados principalmente, passam até noites sem dormir, com medo de serem excluídos, sim, do processo de produção de leite.

Segundo o Censo Agropecuário, a agricultura familiar é responsável por 58% do leite produzido no Brasil. É um número bastante significativo. Talvez já tenha aumentado essa porcentagem.

Em nossa avaliação, caso a IN seja implementada da forma como está, boa parte desses pequenos agricultores e muitos assentados estarão excluídos da cadeia da produção leiteira. Por isso há essa grande aflição nos assentamentos nos Estados do centro-sul do Brasil.

E a que isso leva? Leva a uma retomada do êxodo rural, porque o leite, a cadeia do leite, a produção de leite é o cheque mensal, é o contracheque da família do assentado, do pequeno agricultor. Sem isso, a família não tem como produzir, e a saída é rumar para a cidade. Claro, não vamos deixar acontecer essa retomada do êxodo rural. Daí essa grande preocupação a respeito da aplicação da IN 51.

Quando foi discutida para ser implementada, achamos que não se levou em conta uma questão geral. A produção de leite encontra-se entre dois extremos: os grandes produtores, capacitados, com condições de implementar qualquer mudança em curto prazo de tempo, tendo capital para fazer isso; e os pequenos agricultores, camponeses e assentados, que não têm essa mesma capacidade de implementar qualquer mudança que venha a acontecer dentro da cadeia do leite. Na hora em que a instrução foi discutida, não se levou em conta essa realidade da produção leiteira. Por isso ela é bastante preocupante. Nós achamos que, da forma como está, fica muito perigoso colocá-la em prática.

Outra questão queremos destacar, acompanhando a discussão que a companheira da FETRAF e a CONTAG apresentam. A normativa deveria vir acompanhada de alguns

elementos básicos necessários à produção. Eu destaco um que é fundamental, a assistência técnica. Nós dos assentamentos de reforma agrária temos muita dificuldade de implementar e ter assistência técnica. Sem ela, não se pode exigir da família do assentado, do produtor de leite qualificação para atingir metas, para chegar ao que a normativa exige. Então, a assistência técnica é necessária. Sem ela, não há como alcançar esse aspecto.

A outra questão é justamente investir em infraestrutura. Mesmo que tenha ocorrido avanços nesse sentido, lá na ponta, no caso do agricultor, na base, esse investimento, em muitos casos, não aconteceu. Dentro dos assentamentos, fica pior ainda, porque não se tem estrada, o leite ordenhado pela manhã pode ser pego só no outro dia. Não sei quanto tempo leva para ser recolhido. Há dificuldade quanto a investimento, infraestrutura básica, como ordenhadeiras, resfriadores e assim por diante. Há uma defasagem nesse sentido. Se não houver um investimento de qualidade nesse lado, fica inviável que se alcancem as metas que a normativa exige. E há outras políticas, como a referente ao próprio melhoramento do rebanho. Então, esses investimentos ou essas questões têm de vir antes ou junto com a aplicação da normativa.

Diante disso, mesmo que já tenham aparecido, neste debate, nas intervenções anteriores, várias propostas de mudanças para implementação da Instrução Normativa nº 51, acho que o mais sensato seria suspendermos, preventivamente, por tempo indeterminado, a aplicação dessa norma. Dentro desse período, nesse tempo, debateríamos profundamente como fazer com que essa discussão possa chegar lá na ponta, ao pequeno agricultor, principalmente o da família assentada, para que ele saiba claramente o que é necessário fazer para se enquadrar na norma e colocá-la em prática.

A nossa ideia, mesmo que tenham aparecido outras propostas intermediárias, é de que essa medida seria a mais sensata neste momento, para não fazermos com que essa normativa seja capaz de excluir muitas famílias da atividade leiteira e, conseqüentemente, do campo, fazendo com que o único caminho que se tenha é o que leva às cidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Muito obrigado, Milton.

Antes da manifestação do Deputado Marcon, que propôs esta audiência pública, passo novamente a palavra a Paulo Polese, que deseja fazer uma observação.

O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLESE - Faço uma correção. Quando eu falava da produção no âmbito mundial, queria dizer que o Brasil aumentou em 50% sua produção no período de 2003 a 2011.

Fiz também referência à exportação e me confundi. Quando falei em exportação, queria falar em produção. Eu me referia a dólares: de cerca de 10 milhões de dólares,

passou-se para 500 milhões de dólares, caindo hoje para 150 milhões de dólares. Quanto à produção, de 10 milhões de quilos, passou-se para 142 milhões de quilos, hoje caindo para 60 milhões, 70 milhões de quilos.

Eu quis me manifestar novamente porque até assinei uma autorização para publicar isso, e assim não daria certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Passo a palavra ao nosso Deputado Marcon, autor do Requerimento nº 51, de 2011, por meio do qual propôs a realização desta audiência pública.

V.Exa., Deputado Marcon, dispõe de 5 minutos, mas fique à vontade.

O SR. DEPUTADO MARCON - Saúdo o Presidente, o Deputado Celso Maldaner, que está coordenando os trabalhos e é Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

Saúdo nossos companheiros Paulo Polese, da CONTAG; Elisângela, da FETRAF; Milton Fornazieri, da CONCRAB, o popular Rascunho — fomos assentados juntos no Rio Grande do Sul, no mesmo assentamento.

Saúdo nossos companheiros representantes do Governo, Gustavo e Marcius.

Quando apresentei o requerimento para, numa audiência pública, discutirmos a Instrução Normativa nº 51, vieram ao encontro as preocupações que as organizações dos agricultores manifestaram aqui. Essa normativa, que deve ser colocada em prática no dia 1º de julho, foi prolongada há quase 10 anos. Vejo que muitas das preocupações que tivemos há 10 anos ainda cercam nossos agricultores. Tivemos avanços na bacia leiteira, tivemos avanços em relação à qualidade, mas não tivemos avanços nas políticas públicas para que nossos agricultores pudessem se qualificar, produzir e se enquadrar nessa normativa.

Quando nós vimos aqui os dados tanto do Ministério da Agricultura, 1 milhão de agricultores, quanto os da FETRAF, 750 mil estabelecimentos, eu tenho certeza de que, por aquilo que conhecemos no nosso Estado, dá para dizer, com muita tristeza, que 30% desses agricultores vão deixar de produzir leite.

A COSULATI, cooperativa da região sul, está situada no Município de Pelotas. A produção dela, em média, é de 30 litros ao dia por agricultor. Pega a região de assentamentos, alguns pecuaristas, e pega muito mais a base da FETAG no Rio Grande do Sul e também alguma coisa da FETRAF.

Quanto a essa portaria, no meu modo de ver, nós precisaríamos avançar ainda mais. Nós precisaríamos ter políticas públicas para melhorar o rebanho, a genética. Nós precisaríamos de políticas públicas para melhorar a alimentação, a pastagem, alternativas

de produção, infraestrutura. Não é só nos assentamentos que não há estradas. Há Municípios em que os agricultores já não produzem porque não há estradas para escoar a produção. Assistência técnica, financiamento. Se nós formos ver a questão do PRONAF de 2002 a 2010, veremos uma pirâmide que aumenta até 2007, e agora se reduz o número de contratos feitos na questão do custeio, porque os agricultores não têm mais condições de financiar. Então, essa também é uma questão que causa prejuízos.

Duas questões, para mim, são relevantes. Presidente Celso Maldaner, que também representa muito bem o setor da agricultura familiar, colegas Deputados, na agricultura familiar há dois contracheques: um, da aposentadoria, e outro, do leite. Se nós implementarmos a instrução normativa, só vai ficar o contracheque da aposentadoria, não vai mais ficar o do leite. Essa é a produção que os nossos agricultores têm mensalmente. Isso vai fazer falta para os nossos agricultores, vai fazer falta para a compra no comércio, para a arrecadação municipal e assim por diante, porque há uma cadeia que faz girar os recursos nos Municípios. Além disso, havendo menos produção, o consumidor vai sentir falta na hora de ir ao mercado. Como haverá menos oferta, o preço do leite aumentará. Mesmo que se possa dizer que o preço hoje está em um patamar considerável, havendo menos produção, o preço do leite vai aumentar.

A outra questão. Aqui vai um desafio tanto para o Ministério da Agricultura quanto para o MDA. Nós temos que fortalecer as nossas iniciativas das cooperativas, das microusinas de leite, para ver como vamos enfrentar a questão da Nestlé, da junção da Perdigão com a Sadia.

Para mim — isto pode ser registrado em ata —, a Nestlé é a inimiga número um dos agricultores. Eu falo isso porque na região norte do Rio Grande do Sul, no Município Palmeira das Missões, a Nestlé entrou, fez a concorrência com as médias e pequenas usinas de leite, quebrou as pequenas e agora se retirou quanto ao recolhimento do leite dos médios para pequenos agricultores. Para mim, a Nestlé é a inimiga número um da agricultora familiar, dos produtores de leite.

Eu gostaria de dizer isso tanto para o Ministério da Agricultura, que tem debatido, quanto para o MDA, que, pelas informações do Gustavo, dorme discutindo leite e levanta discutindo leite. Nós temos que avançar. Nós não podemos implementar o instrumento desta Instrução Normativa nº 51, porque nós vamos quebrar, no mínimo, 30% a 40% dos agricultores.

Hoje, eu vi dados da FETAG, lá no Rio Grande do Sul, no sentido de que entre 60% e 70% dos agricultores hoje não conseguem implementar essa norma. Talvez alguns vão ao banco e consigam pegar financiamento, o que pode diminuir esse percentual. Mas hoje

em torno de 60% a 70% dos agricultores não conseguem ficar dentro desta Instrução Normativa nº 51.

Eu acho que esta audiência pública vem em bom momento. Todos os Deputados que estavam aqui no dia — alguns Deputados subscreveram — aprovaram esta audiência pública, mesmo que muitos deles não estejam presentes, porque há várias audiências, há o plenário, há audiências fora da Casa. Mas esta é uma das audiências públicas em que houve mais qualidade, na hora de aprovar, pela demanda, pelo socorro à agricultura familiar, que grita no Brasil inteiro. Agora nós não podemos fechar as portas.

Pediria ao Governo Federal, ao Ministério da Agricultura como ao de Desenvolvimento Agrário, que adiassemos, que vejam políticas que tentem agregar essas famílias que, com certeza, têm vontade, produzem com qualidade, mas a implementação dessa norma não é o que precisariam ter.

Agradeço mais uma vez. Como agricultor, como assentado e também pequeno produtor de leite, eu gostaria que o Governo levasse em conta esses meus pedidos que, com certeza, são os pedidos de todos os colegas Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Muito bem, Deputado Marcon, que foi o proponente desta audiência pública.

Há um Parlamentar inscrito, o Deputado Carlos Magno, a quem passo a palavra, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Presidente Celso Maldaner, expositores aqui presentes, colegas Deputados, não quero ser repetitivo, porque aqui todo mundo já deu o remédio e terminamos com a indicação de quem vivencia isso no dia a dia, por ser assentado, com as palavras do Deputado Marcon.

Na verdade, eu colocaria não só a questão da Nestlé, mas também a da cartelização do setor, dos empresários envolvidos com o processamento dos produtos lácteos. É uma cartelização que existe por este País afora. São os grandes fechando os pequenos, alugando para continuarem fechados ou usando essas estruturas apenas como centralizadoras do recebimento do leite.

Então, eu gostaria, dentro dessas palavras, de encaminhar ao Marcius, que representa a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, mais especificamente o Serviço de Inspeção, pedido para que as autorizações do SIF para esses laticínios fossem concedidas mesmo estando essa atividade apenas para coleta de leite, coisa que as cooperativas podem fazer, e têm feito, mas não têm conseguido sobreviver devido a essa cartelização do setor.

Tudo que onera o empresário está nas costas do produtor rural. Os incentivos que

os Estados têm dado às indústrias de processamento do leite não têm sido repassados ao produtor, inclusive para resolver problemas de greves, de fornecimento, de preços e tudo o mais.

O Gustavo se referiu ao relacionamento, e eu falo do relacionamento desgastado, entre o produtor de leite e o empresário. Eu gostaria de citar a Itambé. Qual é o relacionamento que o senhor entende que a Itambé tem com seus cooperados? Está no nível desses empresários do setor privado ou os está tratando como cooperados? O senhor e o Dr. Paulo Roberto poderiam responder, porque eu tenho ouvido que ela também entrou no ritmo, para a própria sobrevivência, tem que entrar no ritmo desse processo. E quem ganha dinheiro com toda essa história continua sendo o empresário.

Neste momento de transição, a Instrução Normativa nº 51, se aplicada, com o Programa Luz para Todos não atingindo 100%, é um problema seriíssimo.

Há a questão do envelhecimento da mão de obra. V.Exa., que é Deputado por Santa Catarina, pode falar sobre o envelhecimento da mão de obra. Isso ocasiona um estrangulamento no setor de produção de leite pelo pequeno produtor, porque ele não tem recursos. Ele prefere...

O que tem acontecido — eu sou da Região Norte, especificamente de um Estado como Rondônia, o maior produtor de leite daquela Região — é que há produtores como, por exemplo, um casal de velhos, que quando os filhos vão para a cidade preferem arrendar a terra a pagar uma pessoa que possa ordenhar os seus animais.

Então, o empresário continua ganhando dinheiro em cima dessa fase de transição do sistema convencional para a exigência da Instrução Normativa nº 51.

A Instrução Normativa nº 37, se não me engano, é iniciativa também do ex-Ministro que compõe esta Comissão, o nosso colega Deputado Reinhold Stephanes. Ela exige, através da implementação dos laboratórios de qualidade de leite, uma política de governo, em parceria com Estados e Municípios, voltada a atender principalmente o pequeno agricultor no que se refere a, juntamente com a EMBRAPA, implementar essas políticas para melhorar a qualidade do leite.

Então, eu não tenho dúvida nenhuma, eu reafirmo que é um processo de exclusão da produção. Quanto à questão do preço e do relacionamento, não dá para entender que se produza, que um produto do campo seja entregue por 50 dias e só no dia em que vai receber pelo seu produto é que o produtor sabe o preço. E os empresários fazem a cartelização, acertando o preço anterior: *“Olha, você não pega, porque se você pegar, tem que repassar para a minha indústria, para ela não paralisar as atividades”*. Então, é um processo de cartelização. Os Estados estão cuidando disso.

Eu gostaria também de fazer uma pergunta ao Dr. Marcius. Se não me engano, o SUASA é um sistema de inspeção entre os Municípios, com a contratação de um veterinário, e hoje é um grande problema para o nosso pequeno produtor ter acesso à merenda escolar, para vender o seu produto, o próprio comércio, através do SIM. Como é que funcionou isso no País? Como é que isso está dentro da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, mais especificamente no Serviço de Inspeção? Essa foi uma boa alternativa como política pública de governo, para viabilizar? Porque aí ele vai vender direito ao mercado e sentimos que houve o lançamento, houve um incentivo muito grande, mas paralisaram as discussões nas bases e nunca mais vimos falar do SUASA nos pequenos Municípios para resolver esse problema.

Há a experiência do Paraná, que eu reafirmo aqui diversas vezes que conheço. É a questão do CONSELEITE, um conselho, sem interferência do Poder Público, composto pelo produtor de leite e pelos empresários. E sabemos que o Paraná demorou um tempo para implementar esse conselho e que os Estados têm tido dificuldades de participação por parte dos empresários, porque ali eles teriam que mostrar custo de produção.

Nós precisamos que a EMBRAPA nos forneça, nos Estados, o custo de produção, para podermos chegar a um preço que compense realmente desenvolver a atividade, principalmente dentro das pequenas propriedades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Obrigado, Deputado Carlos.

Eu vou deixar a palavra, em seguida, à disposição da Mesa, aos que gostariam de responder aos questionamentos.

Antes disso, gostaria de aproveitar este instante e destacar que outro dia eu fui a uma fazenda, em Irani, em Santa Catarina, a um pequeno hotel fazenda. O proprietário do hotel fazenda me convidou para ir tomar um camargo — faz muitos anos. Eu perguntei: *“Mas que camargo?”* E fomos lá. Era, direto, o leite da vaca dentro da xícara com café quente, para tomarmos. Daí eu perguntei: *“Mas e se esta vaca tiver mastite? Vamos tomar o leite direto, dentro da xícara?”* Daí ele disse: *“Dê uma olhada no tamanho do terneiro que depois vai mamar na vaca”*. O terneiro pesava mais de 300 quilos. Então, eu vi que o terneiro era bem sadio e fiquei tranquilo.

Eu só quis contar isso para dizer também... Eu, como Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, tenho sempre que defender os agricultores, mas acho que o que aconteceu de melhor... Porque eu era Prefeito ainda em 2001, e desde 2002 estamos discutindo esta Instrução Normativa nº 51, quer dizer, faz 9 anos que se está discutindo esse assunto. Acho que a melhor coisa que aconteceu foi isso aí, porque estão aí os

números apresentados indicando como melhorou a qualidade. Eu acho que o assunto é tão importante que nós temos que nos colocar... Temos que usar de empatia. Eu tenho que me colocar no lugar do consumidor também, porque eu sou um grande consumidor de leite. Eu tomo leite todo dia. Temos que nos colocar no lugar do consumidor. Vamos exportar o leite bom e consumir aqui o leite ruim?

Para mim, o que é a Instrução Normativa 51? Ela é só higiênico-sanitária. Na minha visão, não depende de grandes investimentos.

Felizmente, o MDA agora voltou a financiar os resfriadores de leite. Eu acho interessante haver uma política nesse sentido, mas é questão mais de higiene sanitária. Essa é a questão. Então, nós temos que nos colocar também no lugar do consumidor.

Eu diria que Santa Catarina está bem preparada nessa questão. Claro, nós não queremos uma política diferenciada. Não vamos implementar a Instrução Normativa nº 51 em Santa Catarina e no resto do País, não. Aí não dá. Mas temos que pensar seriamente nisso. Se nós pensarmos em prorrogar, acho que tem de haver um prazo determinado; não pode ser prazo indeterminado. É como eu vejo a Instrução Normativa nº 51, porque é uma questão de higiene sanitária.

Agora, vão implantar o SUASA. Parece que a Dilma cobrou do Ministro, deu 30 dias para implantar o SUASA. Quer dizer, passar para os médicos veterinários municipais eu acho que vai ser bom. Por que o queijo e o salame que podem ser consumidos num Município não podem ser consumidos em outro? É questão de controle de qualidade. Mas aqui não envolve nem pé direito, nada, é questão de... Acho que foi muito bom isso aí, para melhorar a qualidade do leite.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Mas, Celso, um grande produtor monitora a vaca na produção, na alimentação. Mas um pequeno produtor tem que, primeiro, ensinar a vaca, falar para ela: *“Olha, não deita aí não. Se você deitar, você vai-se contaminar”*. Porque ele vai procurar água para lavar e não tem. Ele não tem nem luz para manter o refrigerador, o tanque de leite. Então, são essas coisas que precisamos analisar bem.

É importante, eu acho que é importante. Não podemos mais chegar lá, como antigamente, quando eu era menino, chegava lá com a canequinha, a farinha de milho e o açúcar e tirava o leite para beber toda manhã. Corre-se risco. Porém, não é culpa do produtor a questão da mastite. Eu acho que é uma política pública a ser realizada, como a tuberculose, a aftosa. Tem que haver esse entendimento. Eu acho que tem de ter a parte do governo, que é muito importante nesse processo da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Mas eu acho que é importante o

debate. Só temos que, quem sabe, formar um grupo de trabalho e encontrar uma solução.

Passamos a palavra ao Gustavo, que gostaria de se manifestar.

O SR. GUSTAVO VALONE - Antes de responder ao Deputado Carlos Magno, eu queria aproveitar a presença do nosso Ministro Reinhold Stephanes e ressaltar que, em seu governo, ele militou, junto com o nosso ex-Ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, em prol dos acordos de importação com Argentina e Uruguai — todo mundo trabalhou aqui junto com isso — e também na consolidação da TEC, votou-se a favor na CAMEX. Isso foi muito importante para o setor chegar onde está hoje. Agradeço.

Agora, respondendo à indagação do Deputado Carlos Magno, a primeira coisa de tudo: Itambé é uma cooperativa. Se é uma cooperativa, os seus donos são os produtores — pronto. Quem vota para os presidentes são os produtores. Da mesma forma que votaram nos nossos Deputados, que votam nos nossos Presidentes. Então, o mesmo poder que ele tem para colocar, ele tem para tirar numa gestão ruim. Como a Itambé, nós temos também outras cooperativas.

O senhor referiu-se aqui a cartelização. Eu não acredito que exista isso no setor leiteiro. Quando a Nestlé foi a Palmeira das Missões e fez aquele concentrador de leite em pó, ela só fechou a indústria. Cooperativa, nenhuma.

Respondendo ao Deputado Marcon, que não está presente, mas é o seguinte: ele falou muito que faltam políticas públicas para os nossos produtores. Gente, temos um leque enorme de políticas públicas. O produtor não tem tanque? Ele faz um Mais Alimentos, a 2% ao ano, com 10 anos para pagar. Ele não tem vaca? Ele faz um Mais Alimentos, com 2% ao ano e 10 anos para pagar. Ele não tem dinheiro para custear? Ele usa 35%...

Deputado Marcon, respondendo a sua pergunta sobre as políticas públicas, hoje em dia temos um leque enorme de políticas públicas para nossos produtores, para os agricultores familiares. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA também tem. Se pensarmos, existe PRONAMP, PROCAP-AGRO para as cooperativas, enfim.

O SR. DEPUTADO MARCON - Tudo bem. Dá para fazer uma pergunta?

O SR. GUSTAVO VALONE - Claro! À vontade.

O SR. DEPUTADO MARCON - Então, por que, em 2007, começou a diminuir o número de agricultores em busca de recursos do PRONAMP para financiamento? Existem políticas, só que cada vez mais estamos excluindo os agricultores do acesso aos recursos existentes no mercado. Esse é o nosso problema. E esses que podem ser

excluídos pela Instrução Normativa nº 51 são os que estão fora.

O SR. GUSTAVO VALONE - Infelizmente, Sr. Deputado, o senhor está enganado sobre 2007. Em 2002, utilizavam-se 2,2 bilhões de reais no PRONAF. Hoje temos disponíveis 16, e se utilizam 12, 13. Quer dizer, é um volume enorme de recurso!

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu quero ajudá-lo, porque eu estou me preparando, uma vez que vou ser o presidente da Comissão de Endividamento da Agricultura.

Em 2009, eram 2 bilhões e 400 mil reais de PRONAF.

O SR. GUSTAVO VALONE - O senhor está extremamente enganado.

Eu gostaria de pedir a gentileza de pegarem meu computador lá no meu carro.

O SR. DEPUTADO MARCON - Em 2007 e 2008, foi o pico, e agora, mesmo abrindo o valor por família, diminuiu o volume de recurso.

O SR. GUSTAVO VALONE - Eu faço questão de lhe enviar todas essas informações. São duzentos e tantos mil contratos, com 12 bilhões de reais utilizados no ano de 2010.

Bom, nós temos crédito para o agricultor familiar comprar vaca, comprar tanque de resfriamento, formar pasto, fazer o que for, a 2% ao ano. Se ele não acessa, é porque tem um problema de endividamento ou de inadimplência. Aí é uma questão de regras bancárias e o Governo não pode entrar nesse quesito.

Temos um mercado, que é o PAA. O agricultor pode obter recurso para formação de estoque. Ele não tem crédito em banco, ele vai na CONAB e acessa recurso a 3% ao ano para formar estoque. Ele pode vender direto, a cooperativa pode vender direto para o Governo. Ele tem o Programa de Alimentação Escolar, num volume de 3 bilhões de reais, em que 30%, no mínimo, tem que ser da agricultura familiar. Eu estou falando de um mercado de 1 bilhão, para as cooperativas que têm DAP.

E vem me falar que não existem políticas públicas? Ele tem um Sistema de ATER. O Governo, o MDA, aloca cerca de 300 milhões de reais por ano no Sistema de ATER brasileiro. O MDA aloca esse valor por ano no Sistema de ATER, para capacitar.

Eu tenho 54 técnicos no Brasil que capacitam no leite. São 2 técnicos por Estado treinados para fazer capacitação para produtores.

O problema é que esse recurso é muito pequeno. As cooperativas dão assistência técnica também.

Eu assumo que o problema apresentado aqui de infraestrutura é grave: não tem estrada, às vezes falta energia? Sim. É verdade. Mas isso não é no MDA que se vai resolver.

Por último, a COSULATI, como uma cooperativa de uma média de 30 produtores, é uma cooperativa símbolo da agricultura familiar. Conheço o Dr. Arno Kopereck e também o João Thomaschsky, que acessou o PRONAF, fez fábrica, está habilitando para exportar. E a IN 51, para excluir algum produtor, para não atender, é a média das últimas três análises.

O que eu estou querendo dizer? O produtor não atendeu o primeiro mês, penalize-o em preço, que ele vá procurar resolver isso. Ele tem o segundo e o terceiro mês para corrigir. A CBT é higiene, é lavar latão, é lavar as mãos! A CCS é higiene também, só que do úbere; não pode haver úbere contaminado! É secar úbere, processo de secagem da vaca.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO VALONE - Tudo certo aí, Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Gustavo, o senhor está participando de uma audiência pública, então, tem que aceitar o debate.

O SR. GUSTAVO VALONE - Claro!

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - O senhor não pode reagir dessa maneira, porque aqui nós somos passíveis de erro, como o senhor também. Se ele lhe deu um número e o senhor está questionando, esta audiência pública é justamente para termos o debate.

Então, eu já vou discordar da resposta que o senhor me deu. O senhor vai me desculpar, mas eu não vou questioná-lo. Eu sei da importância das políticas públicas do MDA. Sei também que o Ministério da Agricultura tem ajudado muito as cooperativas, as associações de produtores. Eu sei das políticas públicas.

Mas se formos caminhar por aí, vai-se dizer que o Presidente do Banco da Amazônia ou o gerente do Banco do Brasil chega e diz: *“Chegaram na minha agência 20 milhões de reais e eu tenho que aplicar aqui; se eu não aplicar, a diretoria vai...”* Mas aplicar em quê? Para quê? Que resultado tem? Não se discute isso com a sociedade civil.

Existe a questão da regularização fundiária, que o senhor sabe que é um problema seriíssimo; da regularização ambiental; dos projetos de assentamento que não dão acesso ao produtor que está lá, no banco, pedindo dinheiro. Existe a dificuldade de as agências bancárias não terem... Há Municípios com 4 mil produtores e um técnico na agência do Banco do Brasil para receber as propostas, o resto são todos funcionários administrativos. São Estados que, às vezes, estão defasados na questão da assistência técnica, e o MDA vem suprir isso em parte. O técnico da EMATER tem que conhecer de

tudo. Ele se aposenta como o maior profissional possível, porque tem que entender de todas as culturas, de todas as políticas públicas, de tudo.

Então, são essas coisas que estamos aqui para fazer. Sabemos da importância. Mas o que estamos dizendo é o seguinte, o que ele está lhe dizendo são números que a assessoria dele apresentou. E o que eu disse também não foi nem a questão de... Porque eu sou membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo e vejo no cooperativismo a solução para fugirmos dessas cartelizações das grandes empresas. Essa é que é a verdade.

Estamos aqui para ouvir, para saber das deficiências que temos como Parlamentares e que tem o Poder Público para podermos formar uma Comissão, trabalharmos isso mais profundamente e não deixarmos sem assistência uma cadeia como a do leite, tão importante para a sobrevivência do produtor rural e também para o Governo Federal e os Governos estaduais como alternativa de geração de renda e de emprego. Então, é tudo isso o que vimos buscar.

Desculpe-me a interferência, mas é só para lhe dizer do clima em que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dando continuidade, tem a palavra o Marcius, que gostaria de se manifestar, representando o MAPA.

O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS - Eu vou-me ater às questões levantadas pelo Deputado Carlos Magno. Com relação à concessão do registro do SIF, que é o Serviço de Inspeção Federal, essa concessão está baseada estritamente em critérios técnicos. Nós não podemos avaliar a pertinência daquele estabelecimento, o aspecto da concorrência, monopólio, ou oligopólio, ou cartel. Então, se a empresa apresenta os critérios técnicos que estão na norma, que viabilizam aquela concessão, essa documentação é avaliada, e, conforme o entendimento, é concedido um registro no Ministério da Agricultura, no SIF/DIPOA.

Com relação ao SUASA, que o senhor mencionou, o SUASA é o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, envolve não só a questão da inspeção, da produção de alimentos de origem animal, como toda a área de abrangência do Ministério da Agricultura. Dentro do SUASA, existe o SISBI, Sistema Brasileiro de Inspeção, e dentro do SISBI existe o SISBI/POA, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Ele está sendo bastante discutido, bastante incentivado, até por determinação da Presidente da República, em relação a desenvolvimento e parceria de novas adesões, de modo que outros Estados possam aderir ao sistema de inspeção.

Acreditamos que esse sistema possa, realmente, viabilizar a participação da

pequena agricultura, da pequena agricultura familiar, da pequena agroindústria no processo de comercialização, tanto no aspecto da abrangência geográfica do comércio quanto na possibilidade de participação no fornecimento para aqueles alimentos da merenda escolar. A norma diz que alimentos de origem animal só podem ser fornecidos por estabelecimentos que tenham registro sanitário em alguma entidade municipal, estadual ou federal.

Era isso o que eu queria dizer para o senhor com relação a esse aspecto.

Eu concordo com o Deputado Celso Maldaner com relação ao aspecto da IN 51. Nós temos que pensar que o Ministério da Agricultura não é o dono da verdade, não foi ele que impôs os parâmetros em 2002; foi um grupo de pessoas, de entidades envolvidas com o assunto. Se tivermos que prorrogar, ou talvez modificar a IN 51 temos que ter um certo delineamento: que padrões queremos atingir e quando vamos atingi-los? Porque, na verdade, a IN 51 baseia-se em um aspecto fundamental: a qualidade e segurança do produto ofertado à comunidade. E só assim...

Não adianta colocar um produto para a sociedade que não atenda aos requisitos de qualidade e conformidade, tanto no aspecto de conformidade legal do produto quanto no aspecto de sanidade, porque não vai haver comércio desse produto. Se não houver um produto de qualidade que atenda aos anseios da sociedade, esse produto não vai ser comercializado. Então, vai voltar em sentido contrário toda essa questão da qualidade do produto que chega ao consumidor.

Mesmo que se produza um leite que não tenha parâmetros estabelecidos, não vai haver renda, porque esse leite não vai ter aceitação no mercado.

Então, estamos abertos à discussão. A mensagem que eu trago do Secretário de Defesa Agropecuária é que estamos abertos à discussão e a propostas, mas que tenhamos, sim, que definir padrões e metas a serem atingidas, porque o que está em julgamento é a questão da qualidade do leite, a questão da segurança do produto a ser ofertado principalmente ao consumidor final, que é, no final de tudo, quem vai dar a opinião sobre o consumo do leite.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dando continuidade, tem a palavra a Sra. Elisângela.

A SRA. ELISÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO - Este debate está muito interessante. Há algumas coisas que precisamos entender e diferenciar neste processo de debate.

Quando afirmamos num debate que há uma necessidade, uma carência de

políticas públicas nessa questão específica é porque ela existe. Nós temos um avaliação positiva. É claro que nos últimos 8 anos, 9 anos, o Brasil avançou muito na agricultura familiar com um conjunto de políticas públicas, e isso é fruto do processo de organização social que existe neste País, uma organização que dialogou, enfrentou, se manifestou, e o Governo percebeu que havia necessidade e avançou.

Existem programas importantes, mas estamos vivendo um processo muito difícil, porque não temos orçamento para o conjunto dos programas terem continuidade, serem ampliados e massificados. A assistência técnica é um deles. Hoje, quanto à agricultura familiar, se construiu um debate em torno de uma política, de todo um conjunto de questões que a envolvem, mas é insuficiente para a demanda que existe na agricultura familiar no Brasil. Tanto é insuficiente na questão da haver técnicos... *(falha na gravação.)*

E a pesquisa, onde a pesquisa está voltada para a agricultura familiar? A EMBRAPA tem todo esse acúmulo, mas estamos discutindo, estamos dialogando, estamos buscando condições para o acesso à agricultura familiar.

Se hoje temos problemas nas cooperativas que são constituídas, fortalecidas, que têm um número expressivo de agricultores produzindo e comercializando leite, imaginem isso no Norte e Nordeste do Brasil, que têm uma produção?

Eu sou de uma região semiárida da Bahia que tem, sim, produção de leite. Mas nós temos uma série de problemas. Nós não conseguimos os laticínios. A questão do SUASA hoje é uma guerra, é uma briga nossa. Nós temos de fazer isso funcionar, do contrário não vamos ter nenhum empreendimento realmente da agricultura familiar funcionando. Só marginalizam, que é tudo falido, que começa e não dá certo. Isso tem de acabar. Então, precisamos tirar isso.

Quanto a essa questão específica do leite, primeiro, tem de ter, sim, assistência técnica — e hoje não tem — com o volume de recurso que está previsto para a agricultura familiar no MDS. Não tem e não é suficiente para atender à agricultura familiar, principalmente em algumas cadeias. Nessa cadeia do leite não tem. Nós estamos brigando e pressionando a Presidenta para que haja mais recursos. O volume hoje existente não é o suficiente. A CONTAG e todos os movimentos estão brigando por isso.

Com relação à questão da tecnologia, de acesso a tecnologias, o próprio Governo reconhece que não tem acesso suficiente para a agricultura familiar. Uma cadeia como essa precisa, sim, muito disso.

A outra questão é esse mercado. Os senhores não sabem como essas empresas tratam os produtores, os agricultores familiares que vendem o seu leitinho lá, que se submetem a essa relação. Isso tem de ser regulamentado. Não dá para as empresas

tratarem de qualquer forma. É cada um que constrói o seu mercado, é cada empresa que se relaciona. E aí o agricultor, porque não tem outra chance... É claro que existe o PAA, existem hoje iniciativas importantes que estão facilitando e construindo renda, mas não são suficientes para a agricultura familiar. Esse debate tem de ser feito aqui.

Com relação à questão específica da instrução normativa, nós precisamos ter tempo para debater mais e ver as especificidades. Não dá para tratar o Brasil por igual. Nas grandes regiões deste País há diferenças em cada produção, e toda região tem capacidade de produção. Os programas e as políticas não têm que ser tratados por igual. Temos que debater e acumular mais com os vários setores e segmentos envolvidos no processo de produção e industrialização da cadeia. Eu acho que esse tem que ser o debate.

Quando trazemos esses elementos, Gustavo, não quer dizer que não exista política pública. Existe, e ninguém vai negar. Porém, o Governo também tem de entender que ainda é insuficiente para atender à demanda principalmente da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária. Nós temos condições de produzir muito mais do que produzimos hoje. O senhor mesmo trouxe os dados: a tendência está maior na agricultura familiar. Mas se essa agricultura familiar for tratada do jeito que está sendo tratada, sem um conjunto suficiente de políticas públicas para atender à demanda, estaremos realmente excluídos e teremos um público ainda maior no êxodo rural brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Dando continuidade, vamos passar a palavra ao Sr. Paulo Roberto Bernardes, que já se manifestou, para concluir.

O SR. PAULO ROBERTO BERNARDES - O Deputado Carlos Magno perguntou se a Itambé era cooperativa. É cooperativa sim, senhor, e tem funcionado muito bem como cooperativa. Não está funcionando melhor porque se aparelhou, chegou a exportar 30% do que produzia e hoje não exporta praticamente nada, porque não existe mais dólar.

Então, se o produtor não está recebendo melhor é porque o mercado internacional está inviável. Nós estamos tentando segurar, de todas as formas, as importações, porque essas vão nos liquidar. Com esse dólar, o leite entra muito mais barato do que o produzido aqui dentro.

Temos trabalhado isso junto com o Ministério da Agricultura, com o MDA, com o MDIC, enfim, fazendo negociações dentro do MERCOSUL e ameaçando com o processo de *dumping*. Nós já ganhamos dois contra o Uruguai e contra a Argentina e também contra a Europa.

De modo que a Itambé funciona como cooperativa, e a diretoria é eleita pelos produtores.

O Ministro Reinhold Stephanes se ausentou. Eu gostaria de dar aqui o meu depoimento da luta dele para nos arrumar mercado. Eu mesmo fui uma vez com ele para o México, onde conseguimos que o Governo mexicano reconhecesse, como aptas à exportação, várias plantas de cooperativas brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Eu consulto a Mesa se podemos partir para o encerramento.

O SR. GUSTAVO VALONE - Só mais uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Última intervenção.

O SR. GUSTAVO VALONE - Eu queria me desculpar pela minha fala quanto ao gráfico do Deputado Marcon. Na verdade, quando ele falou, eu não tinha visto o gráfico. No gráfico, realmente cai. Mas ele trata apenas da linha de custeio.

Quando avaliamos o PRONAF como dois tipos de crédito, investimento e custeio, ele cresce ano após ano. No gráfico, realmente, a linha de custeio decresce, principalmente a partir de 2008, porque entra uma linha de investimento chamada Mais Alimentos, com uma taxa de juros de 2% ao ano, e se pode utilizar 35% do volume de recurso como capital de giro. Automaticamente, a linha de capital de giro, de 4%, 5% ao ano, vai tender a ser menos utilizada e vai aumentar o Mais Alimentos.

Somando investimento e capital de giro, ele eleva, ano após ano, sem cair um único ano.

Concordo com a Elisângela. Existe, sim, uma carência, mas não que não existam políticas, porque da primeira vez foi dito aqui que não existiam políticas públicas.

Agradeço muito a presença a todos.

Peço desculpas pela minha exaltação, porque, na verdade, eu respiro leite de manhã, de tarde e de noite.

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Sr. Presidente, gostaria de fazer nesta audiência uma sugestão a V.Exa., que tem sido Presidente de maneira quase constante nesta Comissão. Nós temos uma Subcomissão Permanente do Leite. Gustavo, o senhor pode nos ajudar muito nesta discussão, o senhor que respira leite e deve também tomar leite todos os dias. *(Risos.)*

Eu gostaria de sugerir o seguinte: poderíamos analisar, estudar o que já foi implementado desta Instrução Normativa nº 51. Podemos discutir isso lá dentro do Ministério, direto na Secretaria de Defesa, no setor do Dr. Marcius, acompanhar e saber até que nível, obedecendo as dificuldades regionais. Porque quando se fala em qualidade de leite no Norte e no Nordeste e em qualidade de leite no Sul do País, ainda há uma

distância muito grande para chegarmos ao ponto em que chegou o Sul. É como as políticas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MAGNO - Não, não. Não é essa a questão. É questão de... A questão da EMBRAPA, por exemplo, fazer agricultura familiar nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País é diferente de fazer agricultura familiar na Região Norte. São coisas que devemos observar.

Eu gostaria de fazer a última pergunta ao Dr. Marcius com relação à ANVISA. Fiquei sabendo e me preocupou muito... O Ministro Padilha é um colaborador do Governo, um Ministro de Governo muito centrado. Ouvi, em uma reunião na ANVISA, que nessa questão dos alimentos alguma coisa poderia ir para a inspeção da ANVISA e somar com a Inspeção Animal e Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária. Isso me preocupou muito com relação aos produtos orgânicos. É verdade isso? Existe essa vontade da ANVISA? Porque se for assim, é mais um monte de produtor excluído do setor de produção, principalmente da agricultura familiar.

O SR. MARCIUS RIBEIRO DE FREITAS - Deputado, sinceramente, eu não tenho conhecimento de como está essa conversação, o andamento desse processo. Eu não tenho conhecimento sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Tem a palavra, para concluir, o Sr. Paulo de Oliveira.

O SR. PAULO DE OLIVEIRA POLESE - Deputado Marcon, tu tens razão a respeito dos números. É que o Gustavo cuida muito do leite e não cuida da história da aplicação do PRONAF. Ele está vendo números globais. Precisamos fazer justiça ao que o Deputado está apresentando — viu, Gustavo? Eu acompanho isso de perto. Acompanho mais os números do PRONAF do que o leite.

Se houve uma evolução, o que é importante em referência ao Mais Alimentos, houve investimento, e isso foi muito bom. Até a elasticidade dos financiamentos foi muito interessante. Mas uma pessoa que toma crédito para investimento só vai tomar crédito para investimento depois de 8 ou 10 anos. Normalmente, é isso. Então, quem tomou crédito para investimento não impacta praticamente nessa curva, porque ele já tomou o crédito.

O problema está exatamente na curva do custeio. Ela indica o seguinte: o que nós resolvemos, em 2002, foi aquela grande negociação de dívidas, e passaram desde então a ser incluídas no PRONAF milhares e milhares de novas famílias. Inclusive, nós mudamos as regras do PRONAF e isso facilitou. Novamente, estamos numa curva em

que as pessoas, de 2002 até 2008, 2010, foram se comprometendo com negociações, que foram se acumulando, e ficou muito difícil elas permanecerem no PRONAF. Estão inadimplentes, estão com dívidas negociadas, mas não estão em condições de permanecerem no PRONAF. E isso está nos trazendo um problema.

De outro lado, não dá para negar, Presidente, que o lançamento do Brasil sem Miséria pode colocar nesse foco, de novo, de financiamento milhares de novas famílias da agricultura familiar. Pelo que eu sei dos números, há cerca de metade das famílias ainda em potencial, talvez, para ingressar nessas políticas públicas.

Então, quiçá leite e outros produtos, temos espaço para avançar. Precisamos relaxar para discutir, efetivamente, o destino das políticas públicas, que seja do Governo. Então, com certeza, o Ministro Florence vai entender o que o Gustavo está falando, talvez as angústias dele. Mas ele se exaltou por um número, que acho precisa ser melhor esclarecido por ele. O Ministério está no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Maldaner) - Vamos partir para o encerramento.

Eu gostaria de agradecer a presença a todos os participantes e palestrantes.

Conforme disse o Deputado Carlos, foi criada aqui uma Subcomissão Permanente destinada a acompanhar, avaliar e propor medidas sobre a produção de leite no mercado nacional, incluindo: a fixação de preço justo para os produtores; o combate aos cartéis na produção dos insumos lácteos; o estabelecimento de mecanismos de proteção do mercado interno de importação de produtos subsidiados; e a redefinição da carga tributária sobre leite *in natura*. SUBLEITE 2011.

Inclusive, hoje houve uma reunião. No dia 5 de julho vai ser instalada, oficialmente, essa importante Subcomissão, que é muito importante e vai ter uma metodologia de trabalho. Ela foi aprovada no dia de hoje. Acho que é importante todos participarem.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convoco os Srs. Deputados para participarem da reunião deliberativa que será realizada amanhã, dia 15 de junho, quarta-feira, às 10 horas, neste plenário.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.